

Apresentação

Os campos da saúde e das ciências humanas passaram a ser pensados de maneira relacional desde o século XVIII, quando as práticas preventivas e seus dispositivos sanitários desempenharam importante papel na configuração do espaço urbano e de novas ordens sociais. Tomamos, por exemplo, as intervenções socio sanitárias ocorridas em cidades do continente europeu, que transformaram radicalmente concepções e práticas sobre os cuidados com o espaço urbano e seus desdobramentos na saúde das coletividades.

Entre nós, desde a década de 1920, as ciências sociais passaram a problematizar categorias consagradas e conceitos médico-naturalistas do território da saúde numa perspectiva crítica e histórica, ajudando a instituir um novo campo interdisciplinar. Aqui, a concepção de saúde não se restringe à dimensão anátomo-fisiológica e não pode ser pensada sem considerar os valores e os campos de força que constituem as relações sociais.

Curiosamente, essa perspectiva tem sido pensada criticamente muito mais no campo conhecido como biomédico, da epidemiologia mais especialmente, do que no campo da sociologia. No entanto, foi com forte apelo às ciências humanas que o discurso teórico da saúde coletiva foi formulado, ultrapassando fronteiras de conhecimento e incorporando recortes sociológicos, antropológicos, filosóficos, psicológicos e históricos na elaboração de ideias e nas contribuições aos debates sobre as práticas de saúde pública, incluindo aí as práticas assistenciais fortemente implantadas nos espaços urbanos nas últimas décadas.

Com essas reflexões iniciais, introduzimos as contribuições enviadas pelos autores ao dossiê deste número de *Cadernos Metrópole* sobre dois campos de reflexão marcados pela amplitude de significados – a saúde e a cidade. A ausência de especificação interna a cada um e da relação entre eles foi intencional, e o conjunto de temas recebidos compõe um rico apanhado de reflexões e de descrições que permitirão aos leitores desde a apreensão da situação de saúde de segmentos

específicos da população localizada em espaços urbanos, até a institucionalização de sistemas e de serviços de saúde que em muito transformaram a realidade socio sanitária urbana. São análises fundamentadas em sólidos apontamentos, perpassadas pelos debates sobre as iniquidades presentes em espaços urbanos marcados por processos de industrialização e pelas desigualdades nas formas de adoecer e no acesso a bens e serviços essenciais à vida.

O artigo *Viver próximo à saúde em Belo Horizonte*, de Renato Cesar Ferreira de Souza et al., expõe aspectos da territorialização dos serviços de saúde e tem como proposta de análise as unidades espaciais e os determinantes sociais de saúde, colaborando com o debate sobre modelos assistenciais voltados à redução das iniquidades.

Ao revisitar a história, o artigo *Sofrimento e trabalho na cidade em marcha forçada*, de Stela Cristina Godoi, coloca em foco a expressão das memórias de metalúrgicos e os relatos orais de motoboys, construindo uma sensível descrição da brutalidade da aceleração do tempo social, do sofrimento e da violência que marcam as experiências de vidas desses trabalhadores em dois cenários metropolitanos.

Ao apontar para a localidade como espaço de vida e como entidade federativa definidora de suas próprias necessidades, o artigo *Local communities, health and the sustainable development goals: the case of Ribeirão das Neves, Brazil*, de Viviane H. França e Ulisses E. C. Confalonieri, traz contribuições ao debate sobre a pobreza e sobre as necessárias respostas às iniquidades por ela engendradas, na perspectiva de atores sociais institucionalizados e atuantes na execução de ações em saúde voltadas à redução das taxas de morbidade e de mortalidade.

De forma a oferecer um quadro de análise sobre articulações e novas experiências de relações entre municípios, o artigo seguinte, *A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná*, de Carlos Vasconcelos Rocha, oferece importantes elementos conceituais para o entendimento da cooperação federativa e para a consecução das políticas de saúde pelos caminhos da descentralização, da horizontalidade dos arranjos e da criação de meios, para a estabilização de regras e de processos no dinâmico campo da atenção à saúde. O espaço urbano e a autonomia municipal são colocados no centro do debate sobre a responsabilização e a provisão de serviços em saúde.

Estruturados sob lentes acuradas que relatam detalhadamente a situação de saúde dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, os dois artigos subsequentes apresentam dados esclarecedores. O primeiro, intitulado *Saúde: vulnerabilidade social, vizinhança e atividade física*, de Manoel Carlos Sampaio de Almeida Ribeiro e Rita Barradas Barata, relaciona comportamentos relativos aos cuidados individuais em saúde com o contexto do bairro e as características sociodemográficas dos indivíduos, abrindo a perspectiva de compreensão do conjunto de elementos que podem, ou não, favorecer comportamentos considerados saudáveis. Na sequência, o artigo *Desigualdade social intraurbana: implicações sobre a epidemia de dengue em Campinas, SP, em 2014*, de Igor Cavallini Johansen, Roberto Luiz do Carmo e Luciana Correia Alves, constrói, por meio de análise espacial, um interessante percurso de investigação, relacionando a epidemiologia da dengue com o processo de urbanização e as desigualdades sociais.

A preocupação com aspectos da saúde da população relacionados aos ciclos de vida aponta o envelhecimento como importante processo na atualidade, uma vez que impõe profundas transformações no perfil socio-sanitário e, conseqüentemente, na elaboração e difusão de políticas sociais voltadas a esse grupo. Em *Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho*, os autores, Maura Pardini Bicudo Vêras e Jorge Felix, expõem os efeitos avassaladores dos avanços do capital financeiro e a efetivação de um desmonte do Estado de Bem-Estar Social. Como consequência desse processo, observa-se o crescente processo de segregação nas cidades evidenciando que os idosos mais pobres acabam por ocupar espaços precários, além de assistirem à corrosão de seus direitos previdenciários.

A espacialização do adoecimento por doenças respiratórias e circulatórias reflete, por meio da sobreposição comparativa das informações sobre as internações hospitalares, a qualidade socioambiental e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as desigualdades nos perfis de adoecimento. Conforme o artigo de Helena Ribeiro e Edelci Nunes Silva, *Desigualdades intraurbanas em internações hospitalares por doenças respiratórias e circulatórias em uma área da cidade de São Paulo*, piores perfis de qualidade de vida e IDH reduzido evidenciam o peso exercido pelas desigualdades no comprometimento da saúde da população urbana.

Encerra o conjunto de artigos sobre saúde na cidade, a proposição de um debate sobre a (in)segurança alimentar. O artigo *Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in)segurança alimentar*, de Mauro Macedo Campos et al., aborda a discussão da quantidade e qualidade da alimentação da população e dos riscos de adoecimento e morte, evidenciando a intrincada e contraditória realidade de municípios em área de exploração petrolífera que, embora recebam montantes elevados de recursos, parecem não corresponder a um esperado desenvolvimento social.

Além desses textos, compõem este número artigos de cunho sociológico cujas análises devem ser pensadas como alicerces do tema proposto. O texto *Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras*, de Lilia Montali e Luiz Henrique Lessa, questiona se efetivamente tal mobilidade acarretou elevação da condição de vida em vista da persistência de hiatos de acesso a elementos centrais, como emprego, educação, saúde e serviços.

Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização, de Maria Auxiliadora Ramos Vargas, também coloca em questão outras dimensões relacionais com o espaço no plano dos sentidos atribuídos por populações ameaçadas por processos de desterritorialização. Nessas condições, Lugar reflete formas de escolha e de viver a partir de possibilidades reduzidas.

No artigo *Políticas públicas en el desarrollo de grandes proyectos de reconversión urbana. Caso Puerto Norte en Rosario, Argentina*, a autora Cecilia Inés Galimberti julga os efeitos e os conflitos resultantes da experiência de implantação de grandes projetos urbanos na América Latina. Trata-se de uma abordagem crítico-interpretativa embasada em um relevante estudo de caso realizado na Argentina.

Em *Dinâmicas de expansão do arranjo urbano-regional Brasília-Anápolis-Goiânia*, de Marcos Bittar Haddad e Rosa Moura, são apontadas as implicações regionais dessa aglomeração espacial, o que leva os autores a inferir que, por estarem articuladas ao processo de acumulação, a riqueza gerada e a valorização urbana não rompem a desigualdade existente.

No campo da saúde coletiva, é comum ouvirmos que a “saúde é a esponja da sociedade”, e a leitura do conjunto dos textos deste número de *Cadernos Metrópole* expressa bem esse enunciado.

Esperamos que seja uma instigante leitura para futuros trabalhos.

Cassio Silveira
Mara Helena de Andréa Gomes
Organizadores

Cassio Silveira

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, Departamento de Saúde Coletiva; Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo, SP/Brasil.
cassio@cealag.com.br

Mara Helena de Andréa Gomes

Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. São Paulo, SP/Brasil.
maradeandrea@gmail.com